

Derrotar o fascismo, fortalecer a categoria!

Foi com o compromisso de defender a universidade pública – e, junto com ela, a sua autonomia, as suas políticas de inclusão e democratização, o seu orçamento público e as carreiras que a caracterizam – que, no último mês de julho, assumimos a Diretoria Executiva da ADUFABC.

Estamos conscientes de que os próximos dois anos serão decisivos para as universidades públicas do nosso país. Em jogo, está a possibilidade de retomada do processo político que permitiu construir a UFABC como um projeto ousado, democrático e inovador no sistema de ensino superior do país. Nesse sentido, as eleições presidenciais de 2022 são um divisor de águas entre a possibilidade de reconstrução e transformação do país e o aprofundamento da barbárie. A reconstrução e transformação são, de fato, possibilidades; pois ainda que Jair Bolsonaro seja derrotado nas urnas, a extrema-direita continuará disputando a sociedade e o neoliberalismo, independentemente de quem vença a eleição, seguirá impactando as nossas vidas sociais, pessoais e profissionais.

Como espaço de liberdade, autonomia, pensamento crítico e de produção de ciência e cultura, a universidade pública representa uma ameaça para os projetos reacionários da extrema-direita. Como espaço de produção de conheci-

mento numa lógica pública, financiado com recursos do Estado, de acesso gratuito e com mecanismos democráticos internos que a inscrevem num projeto inclusivo e voltado à soberania nacional, ela também representa uma ameaça para os projetos neoliberais que se espraíam por todo o espectro político. A existência de universidades públicas gratuitas e de qualidade, portanto, depende de uma luta permanente com forças que tentam minar a sua criticidade, a sua inclusividade e a sua qualidade social. Esta é a importância de entidades representativas como a ADUFABC.

Porém, em sentido contrário a essa importância, campeia entre nós um discurso antissindical que é semeado por grupos políticos que se beneficiam justamente da desagregação das categorias profissionais. O associativismo docente é uma arma poderosa contra as ameaças às nossas condições de trabalho, à nossa carreira e à própria existência do sistema público de ensino e pesquisa no país. Além dos desafios permanentes da defesa profissional e do adensamento do debate político na UFABC, temos pela frente o desafio de aumentar a base de filiados e filiadas da ADUFABC. Precisamos avançar na taxa de sindicalização para garantir nossa capacidade de mobilização e de manutenção de uma infraestrutura mínima em benefício dos e das



“ Estamos conscientes de que os próximos dois anos serão decisivos para as universidades públicas do nosso país. Em jogo, está a possibilidade de retomada do processo político que permitiu construir a UFABC como um projeto ousado, democrático e inovador no sistema de ensino superior do país. Nesse sentido, as eleições presidenciais de 2022 são um divisor de águas entre a possibilidade de reconstrução e transformação do país e o aprofundamento da barbárie. ”

associadas.

Temos um governo federal que trata as universidades como inimigas, que despreza o conhecimento que produzimos e que desfinancia (ao limite do esgotamento) as instituições responsáveis por 95% da produção científica nacional. Com salários congelados há cinco anos, a inflação crescente corrói os nossos orçamentos familiares. Os impactos da reforma da previdência e de outras mudanças legais recentes fragilizaram ainda mais a nossa carreira, o que também ocorreu com os servidores técnico-administrativos. Com verbas de ensino, pesquisa e extensão cortadas, vivemos sob a pressão de ver nossos e nossas estudantes, depois de dois anos de pandemia e do desastre econômico e social produzido por

este governo, tensionados entre o sofrimento psíquico, a dificuldade financeira e a falta de perspectivas de futuro.

A despeito de todas as tendências de desagregação, essas eleições estão revelando uma grande

“ Temos um governo federal que trata as universidades como inimigas, que despreza o conhecimento que produzimos e que desfinancia (ao limite do esgotamento) as instituições responsáveis por 95% da produção científica nacional! ”

disposição da sociedade brasileira para construir pontes e unir forças contra o projeto fascista de perpetuação no poder do atual presidente da república. É preciso aproveitar essa mesma disposição de luta comum contra o fascismo para, nos próximos dois anos, fortalecer a categoria docente na nossa universidade. Aquilo que nos distancia do ponto de vista político deve ser muito menos importante do que o que nos aproxima como professores e professoras que ensinam, pesquisam, extensionam e desempenham atividades administrativas na UFABC.

Derrotar o fascismo é só o primeiro passo. ■

Diretoria Executiva da ADUFABC
Universidade contra o fascismo e o neoliberalismo (2022-2024)

AUXÍLIO TRANSPORTE

Assessoria Jurídica da ADUFABC vai exigir cumprimento de decisão judicial favorável à categoria docente

A Assessoria Jurídica da ADUFABC vai exigir o cumprimento da decisão judicial que reconheceu o direito ao pagamento do **Auxílio Transporte** referente ao deslocamento casa-trabalho-casa, independentemente do uso de veículo próprio, e **estendeu esse direito a todos/as os/as docentes da UFABC**. O resultado decorre da ação judicial coletiva n. 50009730420174036126, movida pela ADUFABC.

Por bastante tempo, durante o curso da ação judicial, a UFABC também se recusou a pagar o auxílio no caso daqueles/as que usavam transporte intermunicipal, alegando tratar-se de “transporte seleti-

vo” e que tal modalidade de transporte não estaria sendo alcançada pela decisão. Esse absurdo também foi superado, alcançando a decisão também a esses casos.

Segundo informações juntadas pela própria UFABC no processo:

- A partir de 10/08/2017, todos os servidores filiados à ADUFABC puderam requerer o auxílio
- A partir de 26/01/2018, a concessão de auxílio-transporte passou a ser efetuada para toda a categoria docente, independentemente de filiação à ADUFABC

A fim de dar continuidade à cobrança dos retroativos, a Assessoria Jurídica da ADUFABC começou a solicitar o envio de documentos

aos/às docentes beneficiários/as da ação judicial, a saber: RG, CPF, comprovante de residência, procuração assinada e holeriths dos cinco anos anteriores à data do requerimento.

Para quem ainda não requereu o Auxílio Transporte, ainda é possível requerê-lo na Sugepe para gozar dos benefícios da ação judicial.

O modelo de procuração está disponível em: XXX.

Os documentos devem ser encaminhados em PDF e enviados por email para lara@laralorena.adv.br ■

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



Para a composição deste Boletim Especial, a ADUFABC convidou os colegas e as colegas docentes a submeterem textos de apoio às atuais candidaturas presidenciais, e se comprometeu a publicar na íntegra ao menos um artigo em defesa de cada candidatura. Recebemos ao todo três contribuições, duas em apoio à candidatura Lula (das quais apenas um texto foi publicado).

■ UM CHAMADO AO ENGAJAMENTO NA ELEIÇÃO DE LULA

Carta manifesto de professoras e professores da UFABC em defesa de Lula presidente já!

Em outubro de 2022, o Brasil realizará suas eleições mais importantes desde, pelo menos, o início da Nova República. Como em outras eleições recentes, estão em disputa diferentes projetos de país e de sociedade. Mas desta vez a disputa tem em um de seus pólos uma candidatura aberta e explicitamente propagadora do ódio, da violência, da ditadura, dos negacionismos científico, ambiental, sanitário e histórico.

Não é sensato, neste momento, lançar mão de eufemismos ou de falsas simetrias: há um risco desenhado no chão e do lado de lá está o abismo.

Enquanto pesquisadoras e pesquisadores, que atuam como professoras e professores de universidade pública, sabemos muito bem o que está em jogo. Assistimos, ao longo dos últimos anos, à



magnitude dos ataques materiais e simbólicos que vêm sendo mobilizados pelo governo Bolsonaro à educação, à ciência, à tecnologia e à cultura. Os efeitos do negacionismo são excessivamente contundentes para negá-los.

Com 682.358 mortes confirmadas em 19 de agosto de 2022, o Brasil é o segundo pior país do mundo em número absoluto de mortes por Covid-19, atrás ape-

nas dos Estados Unidos. Comparando com os países do BRICS, o Brasil tem a mais alta taxa de mortalidade por milhão de habitantes, apresentando, assim, a pior resposta à pandemia dentre os grandes países do Sul Global. Como resultado, apesar de ter apenas 3% da população mundial, o Brasil acumula 11% das mortes pela doença do planeta.

Na área ambiental, o desastre é semelhante. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o desmatamento da Amazônia cresceu 56,6% durante o governo Bolsonaro, sendo a maior parte deste em terras públicas. Segundo estatísticas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o país quebrou todos os recordes de incêndios florestais, sendo a pior situação no bioma do Pantanal, com 22 mil focos de incêndio e 14% do território queimado

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



em 2020. Uma das consequências mais graves dessa política de destruição ambiental foi o aumento recorde do assassinato de lideranças indígenas e ambientalistas, o que coloca o Brasil como o quarto país que mais mata ativistas ambientais do mundo, entre eles o indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips.

Essas questões se somam a um empobrecimento geral da população, com a redução do poder de compra e o retorno da tragédia da fome. São 33 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil, segundo dados deste ano publicados pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O desmonte das políticas públicas de combate à fome acompanham toda a trajetória do governo Bolsonaro – desde a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2019, à desarticulação de um conjunto de políticas setoriais e de assistência social e à extinção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Bolsa Família. O cenário de destruição das conquistas sociais e a degradação das condições de vida da população brasileira abalam as perspectivas de futuro de muitos e muitas de nossa comunidade interna e externa à Universidade.

Estamos, ainda, diante de constantes ataques à democracia e à liberdade de expressão por parte das ações cotidianas do presidente e de seus apoiadores. As

milícias no território e as milícias digitais têm atacado sistematicamente opositores do governo, com um crescimento da violência política – reforçada pelo armamento crescente da população, graças ao incentivo do governo. Diante dos ataques frequentes a jornalistas, Bolsonaro passou a figurar na lista de “Predadores da Liberdade de Imprensa” da organização Repórteres Sem Fronteiras. Os maiores alvos do presidente e de seus familiares e apoiadores são jornalistas mulheres. A militarização da política e as ameaças aos outros poderes se somam ao questionamento das eleições e à desinformação massiva como táticas de comunicação política. Esse conjunto de ameaças transforma um eventual segundo turno das eleições num campo privilegiado para a ação dessas forças antidemocráticas.

No setor de educação, cultura, ciência e tecnologia, os impactos do negacionismo são igualmente trágicos. Em levantamento feito pelo Observatório do Conhecimento, as perdas acumuladas pelo orçamento do conhecimento – que reúne gastos e investimentos com educação, ciência e tecnologia – podem chegar a R\$ 100 bilhões entre 2014 e 2022, a maior parte delas no governo Bolsonaro. Para termos uma ideia, em 2021, o orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações representava 34,4% do orçamento do mesmo ministério em 2014. Considerando o orçamento do MEC, os gastos correntes se reduziram a aproxi-

madamente 20% do dos números de 2014, e os investimentos na expansão do sistema de educação pública não chegam em 2021 a 9% das cifras de 2014.

O resultado dessa política conhecemos bem. Estamos sofrendo com uma brutal falta de verbas para a pesquisa. Nossos salários, congelados desde 2017, estão absolutamente defasados. Muitos docentes de ensino superior pensam em abandonar a carreira, considerando a precariedade das nossas condições de vida e de trabalho. A universidade pública perdeu a sua capacidade de investimento e planejamento, e precisa se defender constantemente de acusações de desvio de função provenientes de um governo que apregoa escolas militarizadas e ensino domiciliar como modelos educativos. O número de inscritos no SiSU foi o menor da história em 2021, acumulando uma redução de mais de 60% desde 2015. A democratização do acesso às universidades públicas também é posta em risco pela redução dos recursos indispensáveis à permanência estudantil. É uma geração inteira que se perde entre a incompetência, a paranoia e o projeto de destruição dos responsáveis pela política de educação; perda que afeta especialmente a juventude negra e periférica.

É à luz desse cenário de caos e destruição, e a partir da comparação deste projeto nefasto com o que já foi feito e com os compromissos assumidos pela candidatura Lula nessas áreas essenciais

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



— saúde, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e cultura e combate à pobreza; com ações como Brasil sem Fome, a retomada do Ministério da Cultura e do Ministério da Mulher, Brasil Sustentável, Mais Universidade, a valorização do salário mínimo, a retomada do Bolsa Família, do Farmácia Popular e do Minha Casa, Minha Vida, entre outras — que pedimos não ape-

nas o seu voto, mas, principalmente, o seu urgente, imediato e total engajamento para eleger Lula presidente no primeiro turno no dia 02 de outubro de 2022.

Uma frente de apoio bastante ampla e diversa está reunida em torno da candidatura de Lula. Sabemos que esta não é a única candidatura do campo democrático, mas é a única com condições de derrotar Bolsonaro e de criar

as condições para voltarmos a ter um governo que defenda a vida, o meio ambiente, a educação, o conhecimento e a cultura. Muita coisa está em jogo nessas eleições, e a posição de cada um e de cada uma de nós será decisiva. Por isso, juntos e juntas dizemos: é Lula presidente já! Viva a democracia! Viva o povo brasileiro! Viva a educação pública! Vamos juntos e juntas pelo Brasil!

Assinam

- Acácio Sidinei Almeida Santos
- Aléxia Bretas
- Anastasia Guidi Itokazu
- Anderson Gabriel Santiago
- André Luiz Brandão
- André Pasti
- Arilson Favareto
- Arlene Ricoldi
- Armando Caputi
- Beatriz Tamasso Miotto
- Bruna Mendes de Vasconcellos
- Bruna Muriel Huertas Fuscaldo
- Bruno Nadai
- Carlos Eduardo Ribeiro
- Carolina Bezerra Machado
- Carolina Gabas Stuchi
- Carolina Moutinho Duque de Pinho
- Carolina Simões Galvanese
- Cláudia Regina Vieira
- Claudio Luiz Penteado
- Cintia Lima
- Cristiane Negreiros Abbud Ayoub
- Demétrio Gaspari Cirne de Toledo
- Diego Araujo Azzi
- Everaldo Carlos Venancio
- Fernanda Cardoso
- Fernando Cássio
- Fernando Costa Mattos
- Flávia da Fonseca Feitosa
- Flávio Rocha Oliveira
- Flávio Thales Ribeiro Francisco
- Francisco Comaru
- Gabriel Rossini
- Gabriela Farias Asmus
- Gilberto Marcos Antonio Rodrigues
- Gilberto Maringoni
- Giorgio Romano
- Guadalupe Maria Abib de Almeida
- Igor Fuser
- Jeroen Klink
- José Paulo Guedes Pinto
- Leonardo Freire de Mello
- Leonardo José Steil
- Lisângela Kati do Nascimento
- Loreto Pizzuti
- Lucas Tasquetto
- Luciana Nicolau Ferrara
- Luciana Palharini
- Luciana Travassos
- Luciana Zaterka
- Luis Roberto de Paula
- Luiz Antonio Celiberto Junior
- Marcia Alvim
- Marco Antonio Bueno Filho
- Maria Caraméz Carlotto
- Maria Cecília Gomes dos Reis
- Maria Gabriela Silva M. da Cunha Marinho
- Maria Luiza Levi
- Mariana Mencio
- Marinê de Souza Pereira
- Matteo Raschietti
- Michela Bordignon
- Michelle Sato Frigo
- Muryatan Santana Barbosa
- Nasser Daghashtanli
- Neusa Serra
- Olympio Barbanti Jr.
- Otto Müller Patrão de Oliveira
- Paris Yeros
- Patrícia Del Nero Velasco
- Paula Braga
- Paulo Sérgio da Costa Neves
- Paulo Tadeu da Silva
- Ramatis Jacino
- Ramon Vicente Garcia Fernandez
- Regimeire Oliveira Maciel
- Renan Lelis
- Rosana Denaldi
- Roseli Frederigi Benassi
- Salomão Barros Ximenes
- Sandra Momm
- Sergio Amadeu
- Sidney Jard
- Silvana Zioni
- Silvia Helena Passarelli
- Silvio Carneiro
- Simone Rodrigues de Freitas
- Sônia Maria Malmonge
- Valéria Lopes Ribeiro
- Valter Pomar
- Vitor Eduardo Schincariol
- Vitor Marchetti
- Wesley Góis

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



■ A CANDIDATURA DE LEO PÉRICLES (UNIDADE POPULAR – 80)

O Brasil de 2022 e a luta contra o fascismo

São 33 milhões de brasileiros vivendo em insegurança alimentar hoje, e quase oito milhões em déficit habitacional. A cada dez minutos, uma mulher é vítima de estupro, e a cada sete horas, de feminicídio. Como se não bastasse, observamos o aumento da violência política e graves ameaças à nossa frágil democracia. Eis a vida dos brasileiros após quase quatro anos do governo de Jair Bolsonaro e seus aliados.

Governo eleito em 2018 em nome “da família e de Deus”, mas que ostenta como principais marcas esquemas de corrupção na compra de vacinas, compra de mansões milionárias em dinheiro vivo, forte redução de investimentos sociais, desprezo pela vida humana e incitação à violência. Não há dúvidas de que a principal tarefa para as eleições de 2022 é derrotar o fascismo, aqui no Brasil, expresso pelo bolsonarismo. Mas será que essa tarefa se cumpre apenas no pleito eleitoral?

Ora, antes de tudo, é preciso considerar a movimentação que vem sendo feita, por Jair e



seus aliados, no sentido de invalidar o processo eleitoral, além das ameaças de que “a história pode se repetir” (em referência a 1964). Nesse sentido, não podemos subestimar suas intenções golpistas. Mas por que ainda não sofremos a consolidação de um golpe, que vem se construindo desde a retirada da presidenta Dilma em 2016?

É verdade que Bolsonaro possui uma forte base fascista, que não só votou nele, mas o segue e admira. Mas também é verdade que essa base não representa a maioria do povo brasileiro. Mesmo nas eleições em 2018, não foi a maioria do país que o

elegeu. Foram 42 milhões de pessoas que não votaram em nenhum candidato em 2018, por não se sentirem representadas. Bolsonaro tenta permanecer no poder e busca acumular forças para isso, mas não é amplamente apoiado. A prova disso é que, desde 2020, ainda durante a pandemia, as ruas estiveram cheias em protesto contra a política mortífera do governo federal. Ainda, no último dia 7 de setembro, milhares foram às ruas no tradicional Grito dos Excluídos, que denuncia uma independência parcial, e que este ano ainda gritou em alto e bom som: “ditadura, nunca mais!”.

Bolsonaro, e todos aqueles que ele representa, seguem e seguirão tentando; por isso, não podemos baixar a guarda. Se é o povo quem faz a sua história, reduzir a tarefa histórica de derrotar o bolsonarismo apenas nas urnas é um erro grave.

Unidade Popular nas ruas e nas urnas

Por que, então, disputar as eleições?

Porque, apesar do processo

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



eleitoral não ser o foco de nossa luta, é um momento importante de nossa democracia, que abre a oportunidade de se apresentar um programa de governo e um projeto nacional. Essa tem sido a luta de Leonardo Péricles – presidente nacional da Unidade Popular (UP), partido que ajudou a fundar –, que, junto a Samara Martins, compõe a única chapa inteiramente negra a disputar as eleições presidenciais na história do nosso país.

A UP foi legalizada em 2019, sendo o mais recente partido político do país, e o único a se consolidar após a alteração das leis eleitorais, que exigem que a coleta de assinaturas de apoio, e seus registros nos sistemas e cartórios, sejam realizados em apenas dois anos. Esse desafio foi cumprido sem nenhum financiamento, contando com a disposição e a disciplina de centenas de militantes de movimentos sociais que se dedicaram a construir essa alternativa institucional, como o MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Movimento de Mulheres Olga Benário, Movimento Luta de Classes e União da Juventude Rebelião.

Ainda sem financiamento de grandes empresas ou de bancos, prossegue a construção do partido e de suas campanhas, que não contam nem com o fundo partidário. Sem tempo de TV ou rádio e sofrendo boicote da mídia hegemônica, ainda assim crescem, a cada dia, as candidaturas paulistas da UP (que, neste ano, con-

tam com Vivian Mendes, concorrendo ao senado; Carol Vigliar, como a única mulher candidata ao governo de SP; Isis Mustafa – ex-presidenta do DCE da UFABC – concorrendo a Deputada Federal; Amanda Bispo – ex-aluna da UFABC – concorrendo ao cargo de Deputada Estadual; e Ligia Mendes, também candidata a Deputada Estadual, constituindo uma chapa inteiramente de mulheres no estado de SP).

Mas, afinal, quem é Leo Péricles?

Leonardo é um homem comum, trabalhador, filho de trabalhadores. Ainda quando estudante secundarista, já indignado com a situação da educação, Leo lutou pelo acesso e permanência dos jovens à educação, pelo passe livre e pela qualidade do ensino público. Participou da fundação de vários grêmios estudantis e, em Belo Horizonte, onde vive até hoje, participou da fundação da AMES-BH (Associação Municipal de Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte), que enfrentou diversas lutas e logrou conquistas nos anos 1990.

Já mais velho, Leo estudou no Sesi, onde se formou mecânico, e mais adiante, conseguiu acessar a UFMG. Nessa altura, Léo militava no movimento de luta por moradia, o MLB, e participou da construção de dezenas de ocupações, inclusive aquela onde reside atualmente, com sua esposa e dois filhos, a Ocupação Eliana Silva.

Desde que ingressou na luta,

nunca mais a abandonou e, em 2013, após as “jornadas de junho”, participou do debate sobre a necessidade de um partido popular, participando ativamente da coleta de assinaturas de apoio à sua legalização. No total, foram coletadas mais de um milhão de assinaturas de apoio à UP – como já dissemos, recolhidas e registradas em menos de dois anos.

Sua candidatura, hoje, representa uma luta muito maior que ele próprio, e que não possui um fim em si mesma. Leo foi indicado pelo conjunto do partido, como um companheiro com condições de expressar a política construída a muitas mãos e um programa consequente e concreto para o Brasil, que se propõe a colocar o poder nas mãos do povo.

E qual é esse programa?

A esquerda sofre muitas críticas programáticas, inclusive quanto à ausência de um programa concreto e possível. Por isso, a UP construiu um programa do partido e um programa para as eleições de 2022, com propostas para as principais áreas do país. Seguem, abaixo, os principais pontos do programa:

1. *Auditoria e suspensão da dívida pública:* segundo estudo da Auditoria Cidadã da Dívida[4], cerca de dois trilhões de reais – metade do orçamento da União – são destinados a pagamento de juros e refinanciamento da dívida. Vale lembrar que, após o período da ditadura civil-militar, o valor devido sofreu um aumento de 3.000%. Até hoje,

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



porém, não foi realizada uma auditoria dessa dívida – que, segundo vários especialistas, já foi paga. O Brasil segue, então, comprometendo seu orçamento para garantir que esse valor siga dos cofres públicos diretamente para os cofres dos grandes bancos. Durante a pandemia, em que várias medidas emergenciais foram tomadas, o governo anunciou que não havia dinheiro para garantir que sua população desempregada, ou em subempregos, não passasse fome. A PEC do teto dos gastos, aprovada em 2016, seguiu ativa, impedindo investimentos em áreas essenciais. Mas a dívida pública continuou sendo paga religiosamente. Portanto, não é absurdo exigir a auditoria e a suspensão imediata de seu pagamento, liberando valores para investimento nas áreas públicas, por exemplo, na educação, num dos países mais ricos do mundo, mas com uma das maiores populações de miseráveis.

2. Revogação das reformas: no último período foram muitas as reformas aprovadas, incluindo a trabalhista, a previdenciária, a própria PEC 55, além de reformas administrativas. Uma das propostas da candidatura de Leo é revogar todas elas, que têm cumprido papel essencial na manutenção das péssimas condições de trabalho e de vida dos brasileiros. Não há como avançar na educação e na saúde se não for revogada a PEC 55. Não há como resolver o desemprego, apostando em políticas de sucateamento e subem-

prego. Essas medidas devem ser imediatamente desfeitas.

3. Taxação das grandes fortunas: o Brasil é um país extremamente desigual também na cobrança de impostos. O brasileiro trabalhador paga muito mais impostos, proporcionalmente, do que os grandes ricos. É preciso taxar as grandes fortunas, como maneira de gerar dinheiro possível de ser investido pela União, sem aumentar a carga de trabalho individual – que, hoje, já ultrapassa as oito horas diárias para a maioria da população. Essa não é nenhuma medida absurda ou “radical”, sendo corrente em vários dos países ditos desenvolvidos. A proposta é que seja aplicada aqui também.

4. Punição dos crimes históricos. Pelo direito à memória, verdade e justiça: desde 1500, as terras que hoje chamamos de Brasil foram palco de crimes hediondos. A exploração altamente violenta dos povos originários e as tentativas atuais de seu extermínio, a escravização dos povos sequestrados dos países africanos, o roubo e a pilhagem das riquezas, os assassinatos e torturas das ditaduras vividas aqui, além dos constantes massacres da população negra e periférica, são alguns dos crimes que podem ser citados. Nunca houve, entretanto, um acerto de contas com a história no Brasil. Aqueles que escravizaram possuem, hoje, herdeiros milionários, comandando a economia e a política brasileira. Aqueles que torturaram e

mataram jovens, estudantes, mulheres, trabalhadores, inclusive crianças, são hoje militares do alto comando. Uma das polícias que mais mata no mundo (e também uma das que mais morre) é brasileira. Os crimes impunes do passado seguem perpetuando a impunidade do presente.

5. Prioridade de investimento em educação, saúde, moradia e saneamento básico: junto às medidas de geração de receita, o estabelecimento dessas prioridades pode ser um marco nas políticas públicas e sociais no Brasil. A educação é, e deve ser, a base de uma nova sociedade. É a partir dela que se torna possível resolver de maneira mais definitiva as dificuldades de um país ainda dependente, como o Brasil. É preciso apostar em políticas para o fim do analfabetismo, o investimento na estrutura das escolas públicas, a formação de professores e as atividades essenciais das universidades públicas, responsáveis, em grande medida, pelo desenvolvimento do país.

6. Defesa do poder popular e do socialismo: democracia não pode e não deve se resumir a uma participação pontual, a cada dois anos, no processo eleitoral. A política deve ser ocupada por homens e mulheres comuns, trabalhadores, que sofrem na pele os problemas do país. Definir as prioridades de um bairro ou, por exemplo, de uma escola, deve ser tarefa da própria população que ali vive ou estuda. A proposta da UP é desenvolver o poder popu-

ESPECIAL ELEIÇÕES 2022



lar, criando mecanismos para a participação popular efetiva, para que as pessoas tenham o direito de decidir sobre orçamentos e prioridades. Não basta defender a democracia atual; é preciso lutar pelo seu aprofundamento.

Mas por que mais uma candidatura? Com quem deve ser feita a unidade contra o fascismo?

A chapa de Péricles e Samara tem se colocado como uma candidatura de esquerda cujo inimigo principal é o fascismo. Por

que, então, mais uma candidatura? A polarização do debate eleitoral não traz nenhum benefício para a população. É urgente hoje (como já era há dois, ou quatro anos!) varrer Bolsonaro do poder. Mas o temor da sua reeleição não pode paralisar as lutas populares e a construção de um programa verdadeiramente voltado para os trabalhadores. Se são eles que constroem todas as riquezas do país, é com eles, e somente com eles, que devem ser forjadas alianças para derrotar o fascismo.

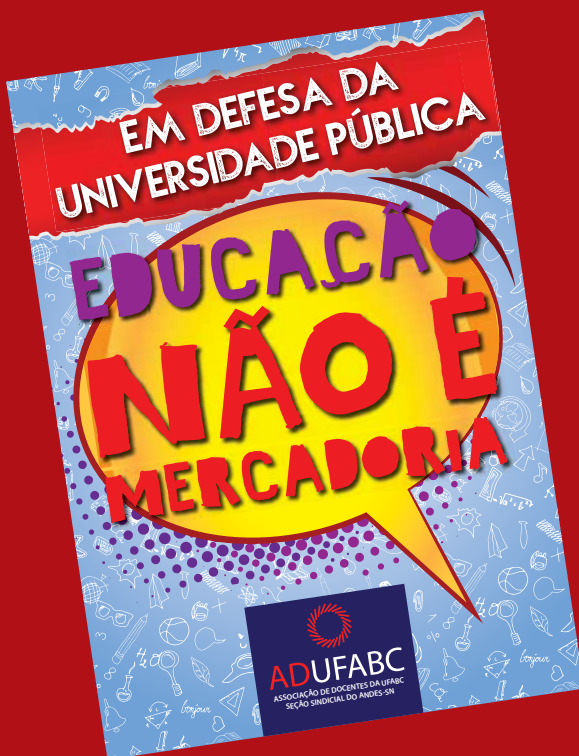
A UP defende a derrota de

Bolsonaro no primeiro turno, mas que esta signifique uma vitória para a população. Que se realize um segundo turno entre programas de governo diferentes, mas não fascistas.

A candidatura de Leo e Samara deve cumprir o papel de fazer da disputa presidencial uma questão de programa. A pergunta a ser feita é: qual programa você defende para o país?

Assinam

- Júlia de Campos Silva (pós-graduanda da UFABC)
- Rafael Cava Mori (docente da UFABC)



Filie-se à ADUFABC

EXPEDIENTE

INFO - publicação da Associação de Docentes da Universidade Federal do ABC. Seção Sindical do ANDES - SN. Diretoria Executiva: Presidente: Fernando Cássio; Vice-presidenta: Maria Caraméz Carlotto; Secretário Geral: André Pasti; Primeiro Secretário: Luis Roberto de Paula; Tesouraria Geral: Valter Ventura da Rocha Pomar; Primeira Tesouraria: Victor Ximenes Marques; Diretora de Imprensa, Comunicação e Cultura: Anastasia Guidi Itokazu; Diretor de Relações Sindicais, Jurídicas e Defesa Profissional: Silvio Ricardo Gomes Carneiro; Diretor Regional de São Bernardo do Campo: cargo vago; Diretor Regional de Santo André: cargo vago. Diagramação e arte: Emílio Font - Contatos: adufabc.ssind@gmail.com | www.adufabc.org.br Endereço: UFABC - Campus Santo André. Av. dos Estados, 5001, Bloco B, 11º andar - Bairro Santa Terezinha. Santo André - SP - Brasil. CEP 09210-580